



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XIII - Nº 243 - DE 22 de JULHO A 12 de AGOSTO DE 2002- R\$ 1,00

**Contra os partidos burgueses  
e o reformismo conciliador,  
nas eleições gerais de 2002:  
VOTO NULO  
PROGRAMÁTICO**

**Os problemas da burguesia com o PT**

**Combater a ALCA  
Frente Única  
Antiimperialista**

**Escola de Quadros do POR**

**Greve na FFLCH-USP  
passa dos 90 dias**

**Bolívia: a maioria se abstém ou vota nulo.**

**Lições da tática eleitoral do POR:**

**O bloco mineiro parlamentar**

**Argentina: para que se vão todos,  
o meio é a ação direta, não as  
eleições ou constituintes!!!**

# Fora a Alca imperialista – Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina

A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é uma imposição dos Estados Unidos. Responde aos interesses das multinacionais e do grande capital parasitário. É uma das soluções imperialistas para a crise de superprodução, esgotamento da partilha do planeta entre as potências vencedoras do pós-guerra e, portanto, a via do capital para estancar o processo de desagregação mundial do capitalismo. Trata-se da ampliação do domínio dos Estados Unidos sobre os países semicoloniais da América. O esgotamento do ciclo de crescimento da economia norte-americana, a quebra de grandes corporações (Enron, Worldcom, Xerox, Merry) evidenciam os avanços da crise mundial e a necessidade imperiosa de ampliar a opressão sobre as semicolônias. Não por acaso, depois de mais de uma década de ditames das medidas neoliberais, que provocaram uma das maiores sangrias sobre o continente latino-americano, a Alca será o instrumento da burguesia imperialista para acabar com os resquícios de independência e protecionismo desses países semicoloniais.

A Alca é a estratégia dos Estados Unidos diante da crescente guerra comercial interimperialista e de concentração de capital financeiro especulativo. As burguesias semicoloniais e seus governos, que aplicaram as medidas antinacionais e antipopulares, se encontram mais submetidos às exigências do imperialismo. As conseqüências têm sido o crescimento do endividamento externo, a queda de participação no mercado mundial, a bancarrota da Argentina, a derrocada dos planos de estabilização no Brasil, o desemprego crescente e o empobrecimento generalizado das massas. Os governos são monitorados diretamente pelo FMI e suas debilidades são essenciais para o êxito da imposição da Alca. As reações pontuais contra a Alca, em torno da preservação de algum mecanismo protecionista, ou de exigência de redução protecionista dos Estados Unidos, a exemplo de produtos agrícolas e aço, se esvaem diante da pressão do grande capital financeiro.

Os trabalhadores têm respondido aos ataques capitalistas com luta. Em toda América Latina, o movimento operário e camponês, engrossado com manifestações da classe média arruinada, vem crescendo. O último período de combate na Argentina indica a intensidade da luta de classe no continente. As massas argentinas se apóiam em organismos próprios nascidos do confronto com o Estado burguês (assembléias populares, piquetes de desempregados) e procuram a via da solução de seus problemas pelo método da ação direta. Em outros países, as massas protagonizam greves, marchas, bloqueios e ocupações contra medidas antinacionais e antipopulares. Na Bolívia, o combate vem se gestando e amadurecendo as condições da revolução proletária. É esse movimento surgido das mais profundas necessidades dos oprimidos que se constituirá o movimento revolucionário antiimperialista e anticapitalista, oposto à Alca.

O combate contra a Alca é antiimperialista. Isso porque se trata da luta pela expulsão do imperialismo das semicolônias latino-americanas. Para derrotar a estratégia do imperialismo (Alca), o proletariado tem de ocupar o lugar de dirigente do movimento

antiimperialista. A tática que responde aos interesses das massas oprimidas é a da frente única antiimperialista. Uma frente constituída pela classe operária, camponeses pobres e setores médios arruinados. Portanto, uma frente sob o programa e direção do proletariado. O programa da frente única antiimperialista parte das reivindicações vitais das massas exploradas, como o emprego, salário, terra aos camponeses pobres, e as combina com as de caráter antiimperialista, ou seja, expropriação das multinacionais, confisco do capital financeiro, não pagamento da dívida, rompimento de todos os acordos com os credores internacionais etc. Trata-se, portanto, da luta de massa contra o poder da burguesia imperialista e da burguesia nacional lacaia. E, para isso, a luta contra a Alca implica em defender a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

A verdadeira integração da América só poderá ocorrer com a destruição do poder do capital. Opostamente ao reformismo que ilude os trabalhadores com a bandeira “de uma outra América é possível”, nos marcos do capitalismo, o Partido Operário Revolucionário levanta a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. A derrota da Alca e de toda ofensiva imperialista depende do crescimento do movimento revolucionário em cada país, sob a base do programa da classe operária.

## **Combater a Alca: Frente Única Antiimperialista**

Foi marcado para a semana de 1 a 7 de setembro um plebiscito nacional sobre a Alca. A Alca (Área de Livre Comércio das Américas) é uma iniciativa dos Estados Unidos para ampliar o seu domínio sobre toda a América do Sul e Central. A potência norte-americana exige que os governos aceitem as imposições de abertura total dos mercados para que as suas multinacionais possam desovar suas mercadorias, que eliminem as barreiras comerciais para a circulação de bens e serviços (o livre acesso do capital estrangeiro aos setores da saúde e educação), que dêem maior liberdade para o capital financeiro, que permitam o controle militar direto dos Estados Unidos em suas fronteiras (a exemplo da Base de Alcântara) e que promovam mudanças nas leis trabalhistas para que as empresas possam reduzir os chamados encargos sociais e rebaixar os salários.

Eis aí por que os Estados Unidos estão pressionando para que a Alca seja rapidamente implantada. Os governos latino-americanos são submissos ao imperialismo. Estão endividados até a medula com os credores internacionais. Portanto, estão de joelhos perante os Estados Unidos e esmolando alguma vantagem que por ventura possa ser concedida pela potência norte-americana.

Por outro lado, o plebiscito nacional contra a Alca vem sendo encaminhado nos moldes do plebiscito realizado contra a dívida externa. O resultado pode ser o mesmo: não virar em nada. Sequer se colocava radicalmente contra o pagamento da dívida externa. Dizemos isso porque os plebiscitos não estão acompanhados da verdadeira luta antiimperialista e anticapitalista.

## **Nosso método para combater a Alca**

O rechaço à Alca implica a luta antiimperialista. Trata-se do combate pela expulsão do imperialismo das semicolônias latino-americanas. Significa enfrentamento e expropriação do grande capital nacional e internacional, responsáveis pela sangria dos países e miséria das massas trabalhadoras. Tarefa essa que só poderá se realizar pelo proletariado, aliado aos camponeses e setores médios arruinados. A construção da frente única antiimperialista é uma tática que se opõe às frentes eleitoreiras e é a via para unir os explorados em torno do programa e direção da classe operária.

### **A bandeira de “Uma outra América é possível” é burguesa**

#### **Nossa posição: “Estados Unidos Socialistas da América Latina”**

Sob o capitalismo, não é possível uma integração dos países latino-americanos. Tais países são semicoloniais e, portanto, submetidos ao imperialismo. Experiências de integração regio-

## **O drama da burguesia com o PT**

Definida a aliança com o PL, o PT pôde concluir seu programa de governo. Pouco antes, Lula divulgou sua Carta aos Brasileiros, cujo nome apropriado deveria ser Carta de compromisso com os capitalistas. A essência dos documentos pode ser resumida na idéia de que o PT defende os fundamentos econômicos, sociais e políticos do capitalismo.

Diante dos grandes problemas, não pretende nenhuma ruptura entre as frações da burguesia. Não propõe nenhuma medida de impacto. Todos os conceitos que enfeitavam documentos anteriores, mesmo que de valor puramente formal, como socialismo, foram eliminados. O importante para o PT é comparecer perante a burguesia nacional e internacional inteiramente identificado com o sistema de exploração do trabalho e com o seu funcionamento mundial.

O que justificaria então sua presença, se todos partidos fazem o mesmo? Por que o grande capital ainda resiste às pretensões do PT chegar ao poder do Estado, ganhando as eleições? A experiência histórica tem ensinado aos capitalistas que a composição de suas frações em torno do governo e da centralização do Estado é difícil, traumática. Os choques de interesses oligárquicos e os conflitos em torno da influência do imperialismo resultaram em constantes crises políticas. A mais grave gestou o golpe militar de 1964. A mais recente culminou no afastamento do Presidente Collor de Mello.

O PT conseguiria administrar os interesses capitalistas nas condições de bancarrota financeira do país, de ofensiva ainda mais contundente do imperialismo e de tremendas pressões dos monopólios que se afundam na crise mundial? E a situação de miséria das massas? O PT conseguiria manter a classe operária e os camponeses pobres sob o regime de exploração, suportando medidas de desemprego e miséria?

A posição do PT de que é preciso mudar a política econômica não é nada grave para a classe capitalista. São inevitáveis as adaptações. A mudança de governo permite reordenamentos

nal foram realizadas ao longo da história da América Latina. A última delas é o Mercosul. Todas fracassaram sob a direção dos governos comprometidos com o capital colonialista e imperialista. Somente a classe operária e os camponeses pobres poderão criar um movimento antiimperialista e socialista pela derrubada do domínio das potências.

A juventude estudantil é muito importante para potenciar a aliança operária e camponesa em uma frente única antiimperialista. Existem aqueles que dizem lutar contra a Alca defendendo o Mercosul. Devemos criticar e rechaçar essa posição. Os estudantes devem levantar a bandeira da classe operária que é a dos Estados Unidos Socialistas da América Latina e Central.

### **Como atuar na campanha do plebiscito**

Defendemos que o plebiscito seja claramente antiimperialista. Que diga: Expulsar o imperialismo da América Latina e Central com a luta dos explorados. Que diga: Fora a Alca. Que o plebiscito não tenha um fim em si mesmo. Que seja apenas um instrumento para chamar os trabalhadores e a juventude a constituir uma frente única antiimperialista, de luta e de massa.

de interesses. Mas há um núcleo de interesses, de problemas e de crise que faz a burguesia temer a troca de governo, especialmente encabeçado por um partido nascido fora do ventre da classe capitalista. Trata-se das dívidas interna e externa.

A economia funciona sob sua administração. Qualquer que seja a política econômica, tem de estar submetida aos ditames do capital financeiro. Os banqueiros nacionais e sobretudo os internacionais é que determinam os limites do governo em matéria econômica. Não é por acaso que Armínio Fraga e Pedro Malan manejam todo aparato econômico-financeiro do Estado. Eles são em última instância o governo de FHC.

Como ficará essa relação com o PT no governo?

Esse partido declara-se capitalista, quer ser um bom administrador do capital, tem a pretensão de desenvolver a economia, criar empregos, fortalecer os pequenos e médios capitalistas, melhorar a saúde, a educação, fazer algumas reformas negociadas (reforma agrária etc) e estabelecer novas metas em relação ao endividamento. Tudo isso seria o melhor dos mundos para o capitalismo que se desintegra e que arrasta as massas para uma situação de miséria muito pior que a vivida. Mas os bancos e monopólios que comandam a máquina dos negócios impedem tal pretensão. Estes teriam de ser golpeados. Nenhum governo capitalista poderá enfrentar os monopólios.

As intenções administrativas do PT de desenvolvimento econômico, emprego e pacto social estão fora das relações capitalistas que esbarram em potentes contradições. Não são medidas de proteção a este ou outro ramo da economia, de prioridades para o mercado interno e de incentivo aos exportadores que superarão a falência financeira do Estado, reduzirão a concentração de renda, democratizarão a terra etc.

De antemão se sabe que a tentativa de implantar tal curso está fadada ao fracasso e a abrirá uma tremenda crise política. Esse é o drama da burguesia com o PT. Os explorados são arrastados por detrás desse drama.

# A greve na FFLCH-USP é a defesa da universidade pública e gratuita

Aos noventa dias de greve, os estudantes da FFLCH-USP têm pela frente o problema do início do segundo semestre letivo. A luta pode prosseguir, e alcançar uma importante vitória sobre a burocracia universitária e o governo. Se alcançar a segunda quinzena de agosto, colocará em risco o ano letivo e os vestibulares, e atingirá interesses de fora da universidade.

## O caráter da greve

O reitor, desde o início da greve, afirmava que o problema da faculdade era a "má administração" ou desorganização. Traduzindo: a FFLCH não estabeleceu medidas para buscar na iniciativa privada os recursos necessários para seu funcionamento.

A política de não contratação de professores para a unidade, e conseqüente redução gradativa de docentes, vai além do favorecimento das áreas tecnológicas em relação às humanidades. Lembremos que a Escola Politécnica, que concentra os cursos de engenharia da USP, foi uma das unidades que mais perdeu professores, mas que contornou o problema com as contratações através das fundações privadas.

O objetivo da reitoria não é o de simplesmente fechar as humanidades. É o de submetê-las à privatização. Fundamentar o sustento da unidade nos cursos pagos (de línguas, de extensão, de pós-graduação), em fundações (consultorias e outras prestações de serviço), edição de publicações etc.

Por isso, desde o princípio, a greve na FFLCH tem se chocado com a política privatista. A reivindicação de contratação de professores expressa a defesa de uma universidade sustentada exclusivamente pelo Estado.

Nas últimas negociações, porém, a reitoria mudou seu discurso. A alegação para a não contratação reside agora em questões políticas: se a reitoria tem recursos para atender a reivindicação da FFLCH (consumiria 1,3% do orçamento, que tem folga superior a isso), a recusa baseia-se em não abrir a possibilidade das outras unidades se levantarem para pedir o mesmo. O número pularia para

mais de 2 mil professores, e a briga se colocaria em relação ao governo do Estado, que não concede verbas suficientes à educação, para garantir os recursos ao sustento do parasitismo da dívida pública, às empreiteiras, à campanha eleitoral e a todo tipo de corrupção.

Isso mostra que a greve da FFLCH tem de se expandir, para colocar a união das unidades contra a reitoria e governo. O isolamento permite à reitoria se utilizar da divisão interburocrática contra a greve e o atendimento das reivindicações.

## O papel das direções da Adusp e do DCE

Logo no início da greve, a campanha salarial de professores e funcionários das três universidades públicas paulistas poderia colocar a unificação com estudantes em um só combate à política estranguladora do governo Alckmin. Mas o que se viu foi que a Adusp aceitou limitar a campanha a um acordo com a reitoria. Apesar de votar no Fórum das Seis (que representa os sindicatos de professores e funcionários das universidades paulistas) a favor da greve, foi à sua assembléia e defendeu o acordo e não a greve. Os funcionários da USP iniciaram uma greve parcial, que dependia da unificação para ganhar fôlego. Sem o apoio da Adusp e sem a expansão da greve estudantil, os funcionários isolados voltaram ao trabalho.

A direção do DCE se negou a generalizar a greve da FFLCH. Numa assembléia geral de estudantes no início da greve, juntamente à "oposição" (Força Socialista, corrente interna ao PT), combateu a proposta de expandir a greve da FFLCH por toda a USP. Apesar de aprovada assim mesmo, a proposta não foi levada à frente e somente no final do primeiro semestre alguns cursos começaram a se mobilizar, quando já era tarde, pela proximidade das provas e trabalhos finais.

## A oscilação da Força Socialista, à reboque dos professores

No final de junho, um ato de mais de

1200 pessoas, que contou com a participação dos professores chamados "notáveis" da FFLCH, abriu o processo de negociação com a reitoria. A reivindicação dos estudantes: 259 professores e uma política de contratação. A proposta da burocracia, que era de 12 professores, e tinha pulado para 26, chegava agora a 46 em 2002 e mais 45 nos próximos 3 anos, num total de 91. E a burocracia encerrou as negociações.

Os professores da unidade, que tinham aprovado o apoio institucional à greve, passaram a fazer campanha pelo fim da greve. Numa plenária conjunta, defenderam a migalha como vitória, e que se voltasse às salas de aula, e tiveram apoio dos militantes da Força Socialista. A resistência estudantil os obrigou a pensar melhor. No dia seguinte, os professores votaram a insuficiência da proposta, assim como a pós-graduação. A seguir, uma assembléia de mais de mil estudantes rejeitou a proposta e a greve continuou, sem nenhum discurso contrário, com dois votos contra e três abstenções.

## Continua a greve

Em julho, os estudantes foram até o governador durante as comemorações do 9 de julho de 1932. E reivindicaram que pressionasse a reitoria pela reabertura de negociações. O governador recebeu os estudantes na sede do governo e logo a seguir a reitoria reabriu as negociações, apesar do reitor estar fora do país. E teve de engolir seis representantes estudantis, ao invés dos dois da negociação anterior.

No início, blefou com a retirada da proposta de 91 professores, afirmando que seria necessário partir novamente dos 26. Seu objetivo: fazer com que os estudantes tomassem o número de 91 como seu. Falhou. Ofereceu então 46 em 2002 e mais 45 em 2003. E se dispôs a negociar em separado professores para as optativas e pós-graduação, seguindo a estratégia formulada pelos professores da FFLCH, que acaba limitando a pauta estudantil, e foi seguida, à revelia de assembléia, pelos negocia-

dores ligados ao PCdoB e Força Socialista.

Adiar a discussão tem sido a tática da reitoria, aguardando o início do segundo semestre letivo. A burocracia espera que a pressão dos estudantes amedrontados com a possibilidade da perda do semestre cause o retorno às aulas sem ter de gastar mais propostas.

Alguns professores já dão sinais

que com mais alguma migalha trabalharão pelo fim da greve. Outros, nem precisarão disso. A reitoria vai esperar até o início das aulas. Se a greve continua, oferecerá mais uma migalha e ganhará o apoio da maioria docente. As correntes à reboque dos professores (PCdoB e Força Socialista) fixaram o mísero objetivo de voltar às aulas organizadamente.

Os estudantes têm de posicionar de forma independente e manter a luta. Têm em suas mãos a chance de obter uma vitória importante contra o sucateamento do ensino público superior e abrir caminho para mais vitórias. Para isso, depende da extensão da greve para outras unidades da USP, que têm problemas e podem fortalecer e projetar o movimento ainda mais.

## Funcionários de Escola - SP

# Governo engana com “Mutirão da Cidadania”

Comunidade responde com a Formação do Comitê

No mês de junho, o governo FHC convocou mais uma vez “família na escola”. O governo Alckim estava implementando um plano de segurança que procura combinar polícia, cidadania e voluntariado. Em algumas escolas da Zona Leste de São Paulo, os pais, alunos, professores e funcionários se reuniram para discutir esta situação e viram que o problema é de que a violência na escola, assim como em toda a sociedade, é causada pela própria política do governo, que elimina os empregos, superlota as salas de aula etc.. A resposta da comuni-

dade escolar (funcionários, professores, pais e alunos) foi a formação do Comitê de Luta por Emprego, Educação e Saúde. No mês de julho, a Secretaria da Educação lançou no Ibirapuera o “mutirão da cidadania”, fazendo com que os diretores de escolas escolhessem dois alunos (por escolas) e que estes fossem vestidos com uma camiseta da cor da bandeira para cantar o Hino Nacional e, assim, comprometê-los com o trabalho voluntário. Depois do lançamento, todos partiriam para convencer a comunidade de que os pais, alunos, professores e funcionários deveriam trabalhar um mês de graça fazendo pinturas, limpeza, repara-

ção elétrica, hidráulica etc., voluntariamente. Está aí a política do governo.

Nós trabalhadores da educação, alunos e pais da Zona Leste nos negamos a fazer trabalho voluntário. Exigimos emprego de verdade, educação e saúde públicas. Construímos o Comitê de luta para exigir do governo nossas reivindicações. Para combater a violência temos de ter trabalho (uma jornada de 4 horas na produção e o restante na escola), temos de ter saúde e emprego a todos.

Que o governo contrate imediatamente funcionários para as escolas com salário real.

Reproduzimos abaixo texto do boletim do MOTE - Movimento de Oposição dos Trabalhadores da Educação - Oposição à diretoria da Apeoesp

## Professores - SP

# Assembléia estadual para impor ao governo nossas reivindicações

O governo concedeu uma esmola de 5% e a farsa do bônus. A diretoria da Apeoesp nada fez para se contrapor ao governo. Não mobilizou para as assembleias e não usou de todos os recursos para denunciar a esmola dos 5%. Encerrou o primeiro semestre com o vergonhoso ato em frente à Assembléia Legislativa.

Desde o início do ano, temos mostrado que para arrancar as reivindicações é necessário se colocar pela greve. Denunciamos o colaboracionismo da diretoria. Temos evidenciado a luta grevista dos

professores em outros Estados e a necessidade da unificação nacional dos movimentos, papel fundamental que a CNTE deveria cumprir. Também defendemos a unidade com o funcionalismo público para de conjunto enfrentar a política de cortes de recursos, arrocho salarial, demissão e privatização do governo. Porém, as assembleias foram esvaziadas pela política imobilista da direção.

No segundo semestre, a política da diretoria continua a mesma. Está chamando uma “aula pública” para o dia 16 de

agosto. A tal aula pública é distracionista. Necessitamos de uma assembleia amplamente convocada para aprovar o caminho da luta contra a política do governo de destruição da escola pública e de arrocho salarial. Não podemos cair no conto do vigário e no eleitoralismo da diretoria. O final do ano está prometendo mais demissões, fechamento de salas, destruição de direitos trabalhistas e redução da grade curricular do ensino médio.

**Assembléia estadual, dia 6 de setembro, no Masp (Av. Paulista)**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

# Escola Nacional de quadros

O Partido Operário Revolucionário realizou mais uma escola de quadros nacional. Dessa vez, concentrou sua atenção no estudo do programa do partido, aprovado em seu congresso de 1993. Eis abaixo a síntese dos pontos debatidos.

## **A crise do imperialismo e o internacionalismo proletário**

O imperialismo é a última etapa de desenvolvimento do capitalismo. Esta fase é marcada pela fusão de capitais (bancário e industrial), pelo choque entre as potências imperialistas na busca de novos mercados que se reflete na formação de blocos econômicos, supremacia do capital financeiro e pela repartição do mundo em zonas de influência, como se deu nos conflitos mundiais da 1ª e 2ª guerras.

O capitalismo em decomposição se expressa pelo nazifascismo, intervencionismo militar das potências contra as semicolônias, crise de superprodução, implantação de planos neoliberais antipopulares e antinacionais, destruição de forças produtivas, ataque às conquistas trabalhistas, agigantamento do desemprego e fome mundiais.

O estalinismo confirmou seu papel restauracionista e se mostrou contra-revolucionário. A coexistência pacífica com o imperialismo e a defesa do socialismo em um só país deu lugar ao processo de restauração capitalista da URSS e demais Estados operários. O imperialismo tem avançado sobre as conquistas da revolução proletária. A tarefa que nos é colocada é a defesa da revolução política nos Estados operários degenerados.

A IV Internacional expressou a luta da Oposição de Esquerda Internacional contra o nacional-estalinismo. A reconstrução da IV Internacional e a vigência do Programa de Transição é parte da luta pelo Partido Mundial da Revolução.

A luta antiimperialista deve ser travada nos países semicoloniais como parte da revolução proletária.

A defesa da autodeterminação das nações oprimidas e a unidade proletária contra o imperialismo implica a resistência dos oprimidos às pressões do capitalismo em decomposição, que descarrega a crise mundial sobre as semicolônias e sobre as massas trabalhadoras.

## **Brasil país capitalista semicolonial**

O Brasil se caracteriza como um país semicolonial, como capitalismo atrasado. Serviu de exploração colonial para as metrópoles européias. A agroexportação, sobre a base escravista, foi o meio de acumulação primitiva do capital, resultando na formação de uma oligarquia agrária brasileira. Sua formação histórica reflete as contradições da lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Sua estrutura econômica e social conserva a coexistência de forma pré-capitalista de produção combinada com as mais avançadas formas capitalistas. As contradições entre a cidade e o campo, a conservação de velho latifúndio e os desníveis regionais estão condicionados por essa lei. É essa mesma lei que sustenta a estrutura mundial de coexistência de países imperialistas (minorias) e de semicoloniais (maioria).

As massas brasileiras sofrem dupla opressão: a nacional e social. Suportam o saque imperialista da nação (opressão nacional) e a exploração da burguesia nacional. A burguesia foi incapaz de resolver as tarefas democráticas e nacionais, como a revolução agrária e a independência do país. Essas, combinadas com as socialistas de expropriação do grande capital, constituem as tarefas da revolução

proletária. As tarefas democráticas serão realizadas sob a ditadura do proletariado.

## **As classes sociais e o proletariado revolucionário**

A burguesia brasileira tem suas origens na acumulação primitiva agroexportadora. É oriunda da feudal burguesia agrária e submissa aos ditames do imperialismo.

O proletariado é a classe instintivamente socialista, por expressar a produção social. É a classe que, por sua natureza, é antagônica à burguesia. Ocupa lugar estratégico nas relações de produção.

O campesinato é parte da maioria oprimida. Nas relações de produção, ocupa o lugar de pequena burguesia, tem a posse dos meios de produção, exerce o trabalho familiar e não explora a mão-de-obra alheia. O campesinato sem-terra aspira a propriedade privada da terra. A conquista de suas reivindicações contra a burguesia latifundiária depende da aliança com o proletariado. A aliança operária e camponesa é essencial para a vitória do proletariado na conquista do poder do Estado e expropriação dos meios de produção da burguesia.

## **O fracasso histórico do nacional-reformismo**

O nacionalismo fracassou ao defender a tese do desenvolvimento nacional independente do Brasil semicolonial. Não pôde romper os vínculos de submissão ao imperialismo.

O estalinismo fracassou por defender a tese da revolução democrático-burguesa, que implicaria o desenvolvimento nacional capitaneado por uma suposta fração progressista da burguesia. Tornou-se

adversário da revolução proletária.

O reformismo da atualidade retomou a tese estalinista do governo democrático popular. Alimenta as ilusões democráticas burguesas nas massas quanto à democratização do Estado burguês e a via de solução dos problemas nacionais e sociais. O reformismo está fadado a se transformar em pró-imperialista.

### **A estratégia da revolução e ditadura proletárias**

O combate antiimperialista é parte da luta do proletariado para destruir o capitalismo. Trata-se de unir a maioria nacional oprimida sob a direção do proletariado. Esta condição se impõe pela derrota ideológica do liberalismo e nacionalismo burgueses, que embora tenham fracassado historicamente nos países semicoloniais devem ser derrotados politicamente.

Cabe ao proletariado constituir a aliança operário-camponesa, sob a estratégia da ditadura do proletariado. A ditadura do proletariado será exercida por um governo operário e camponês, conquistado pela revolução social.

### **O método e a tática da revolução proletária**

A classe operária possui seus próprios métodos de luta, que historicamente tem utilizado na defesa de seus interesses.

A tática da ação direta, greves, piquetes, ocupações etc, são expressões da luta da classe operária, que se contrapõe ao colaboracionismo de classe. A defesa intransigente da democracia operária é parte do método da ação direta: Está em contraposição ao corporativismo, divisionismo e ao colaboracionismo.

O proletariado derrotará a classe capitalista por meio da revolução violenta. Ou seja, do método insurrecional. Assim, o partido tem como política militar o armamento geral das massas. Implica a desintegração

do aparato repressivo do Estado. A auto-defesa se coloca como necessidade no transcurso da luta de classes.

A política militar do proletariado não se confunde com o foquismo e está em contradição com essa orientação pequeno-burguesa.

### **A aliança operário-camponesa e a frente única antiimperialista**

A tática da frente única antiimperialista é um meio para reunir a maioria nacional oprimida tendo o proletariado como classe dirigente. O campesinato e a classe operária são as classes fundamentais que compõem a frente única antiimperialista. A pequena-burguesia e setores nacionalistas poderão ser arrastados para o movimento antiimperialista. Não poderão ocupar o lugar de direção. Caso contrário, resultará em frente popular colaboracionista. A frente única antiimperialista se constitui em torno do programa proletário e expressa a direção da classe operária. É necessário a presença do partido revolucionário para que se configure a frente única antiimperialista.

É preciso rechaçar as frentes populares e suas variantes. Isso porque implica a submissão do proletariado a uma frente burguesa.

O estalinismo e o reformismo se mostraram incapazes de defender o princípio da independência política do proletariado. Capitularam historicamente na luta antiimperialista, submetendo o proletariado aos interesses da burguesia com sua tática de frentes populares.

### **Construir o POR**

O marxismo tem comprovado que as condições objetivas para a revolução proletária estão dadas, resta resolver a crise direção.

A construção do partido se impõe para superar a crise de direção. Isso significa pôr em pé um partido de revolucionários profissionais, muni-

dos do programa e forjados no seio do proletariado. Impõe-se a assimilação das experiências internacionais do proletariado e as lições da revolução proletária.

A aplicação do marxismo-leninismo-trotskismo no Brasil possibilita assimilar as experiências do proletariado brasileiro, como parte do proletariado internacional. A superação da crise de direção resultará da constituição do partido-programa no seio do proletariado.

### **Reconstruir a IV Internacional - Brasil parte da revolução mundial**

Reconstruir a IV Internacional sob o Programa de Transição. A tarefa de reconstruir a IV Internacional é parte da aplicação do Programa de Transição nas particularidades de cada país. O Comitê de Enlace constitui num embrião do Partido Mundial da revolução socialista.

A reconstrução da IV Internacional é a condição estratégica para se superar a crise de direção. O proletariado necessita do Partido Mundial da Revolução Socialista, que foi construído em torno dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista e que foi posteriormente destruído pelo estalinismo.

O Programa de Transição é a continuidade do programa do Partido Mundial da Revolução Socialista dos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista.

### **Brasil parte da revolução latino-americana**

A estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina e Central é a resposta para a unidade antiimperialista do continente. Contrapõe-se à falida tese burguesa de integração latino-americana.

Os Estados Unidos Socialistas da América Latina e Central expressa o objetivo da revolução mundial. Expressa o internacionalismo proletário.

# O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no Jornal "Massas" n° 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura a seguir (1977).

Questões de organização foi escrito em 1974, justamente para que a militância nova do Partido pudesse ter uma base sobre as questões organizativas bolcheviques se contrapondo a tentativa de organização dos foquistas no período.

## **Questões de Organização I – Programa e Organização A Experiência Boliviana: Círculos de Propaganda e Partido de Massas (II)**

O Partido Operário Revolucionário da Bolívia foi durante muitos anos um círculo de propaganda que inclusive começou a mostrar traços de degeneração (chegou a proibir a difusão das idéias partidárias com o argumento absurdo de que os inimigos políticos poderiam se aproveitar delas). O círculo de amigos se empenhou em ignorar os problemas nacionais e em se livrassem de toda influência das massas. Que dramático contraste com as idéias de Aguirre que, para permanecer em contato com os seios dos explorados, assistia às reuniões da Federação Operária de La Paz e em seus anos universitários exerceu o cargo de relação operária na Federação de Estudantes de La Paz, procurando, com isto, estudar e resolver os problemas das massas e do próprio país.

Estamos nos referindo a um período dos anos 40 durante o qual a direção partidária se isolou em Cochabamba. O programa elaborado por Aguirre, que serviu de base para a formação do POR, existia, mas as massas que viviam em um plano político superior ao de 34/38 o ignoravam totalmente e ninguém se preocupava em divulgá-lo. Para superar esse calamitoso estado de coisas, foi preciso uma profunda sacudida interna, tanto organizativa como política, que concluiu na cisão. Quando foi necessário materializar a tese de ir ao encontro das massas, chocou-se com o obstáculo sério da carência quase total de militantes capazes para tal tarefa. No período anterior havia-se descuidado totalmente da formação dos quadros partidários. Na

prática, os novos quadros (sobre os quais se formou o verdadeiro POR) aprenderam e se temperam no calor da luta.

Muitos esqueceram que, quando a organização porista se degenerou, abandonou o programa; quando este foi revitalizado mediante o trabalho no seio dos explorados se impôs a necessidade de se transformar radicalmente a organização partidária. Programa e organização são partes inseparáveis de um mesmo processo. Trotsky na sua luta contra a burocracia stalinista chegou à mesma conclusão:

"Nos tempos de Lênin (com um comitê central leninista), o aparato organizativo do partido estava subordinado a uma política revolucionária de alcance internacional..."

"A violência pode desempenhar um papel revolucionário enorme, mais unicamente sob uma condição: que esteja subordinada a uma verdadeira política de classe".

"Mas um regime organizativo não pode levar uma vida independente. O regime organizativo expressa todo o rumo político do partido".

"O regime de repressão dentro do partido é uma consequência inevitável de toda política dos dirigentes... Quanto mais se afasta a política do Comitê Central da raiz proletária de classe mais é necessário impor esta política para a vanguarda proletária com métodos de coerção aplicados desde cima. Esta é a causa principal do atual regime intolerável que impera no partido".

"As vitórias da fração de Stalin são as vitórias de forças estranhas sobre a vanguarda proletária. As derrotas do partido são derrotas da ditadura proletária". (discurso ante o Comitê Central do Partido Comunista Russo – 23/10/1927).

A Oposição de Esquerda reivindicava, ao mesmo tempo, a retificação da po-

lítica seguida na Rússia e da desenvolvida pela Internacional Comunista e a reorientação do regime partidário (retorno da democracia interna).

Os círculos de amigos afrouxam completamente conceito bolchevique de militante, ao extremo de apagar totalmente a linha divisória que o separa dos simpatizantes. Em certo momento é quase impossível determinar quem são militantes e por que. Este rudimentarismo voltou a aparecer mais tarde com algumas variantes. Podemos descobri-lo na precipitada incorporação de elementos que desconhecem o programa e a natureza organizativa do partido, fato que pode ter desastrosas consequências. Esses "militantes" podem, com seu voto inconsciente, desvirtuar o programa e aprovar uma linha contra-revolucionária. Uma severa responsabilidade na captação de militantes não deve ser confundida com o desejo de não crescer, de permanecer indefinidamente como uma insignificante minoria. A substituição da vida celular pelas plenárias é outra expressão deste atraso organizativo.

A disciplina degenera em tal grau que ninguém se vê obrigado a nada; e a direção, se fisicamente existe, deixa de ser tal. O resultado deste estado de coisas não pode ser outro que a paralisação de toda a atividade partidária. Que outra coisa podemos esperar de um organismo que não coloca tarefa prática alguma para cumprir?

É claro que dentro de tal realidade não podemos conceber a existência e funcionamento de células partidárias.

Um partido reduzido a atividade propagandística, mas que não perdeu sua natureza bolchevique, não tem por que modificar sua concepção clássica de militante e muito menos abandonar sua educação dentro de um férrea disciplina.



## Vanguarda Proletária

# A artimanha típica da prática delatora

**Sobre o critério de segurança de outra Organização: infrigi-lo é delação**

O POR boliviano alertou aos editores do Jornal Vanguarda Proletária de que não deveriam enviar correspondência à sua caixa postal contendo no envelope o nome do partido associado ao nome de um de seus dirigentes. Essa exigência é parte das medidas de segurança do POR, que tem sofrido sistemática repressão policial e que está sob à mira dos órgãos de segurança do governo boliviano e do imperialismo.

No Brasil, transmitimos essa exigência por meio do Jornal Massas. A Vanguarda respondeu que não cometia nenhuma infração uma vez que a caixa postal do POR boliviano era pública e seu dirigente uma figura conhecida.

Como se vê, a Vanguarda ao invés de acatar a exigência de uma Organização revolucionária decide continuar com seus critérios próprios. Vamos supor que a caixa postal fosse pública. Entretanto se o partido atingido exige que não se envie correspondência com o nome do partido associado a um de seus dirigentes deve prevalecer o critério do atingido e não daquele que pratica a infração em questão. A Vanguarda não respeita essa relação e se acha no direito de dizer que não está cometendo nenhum delito de segurança para o POR boliviano.

No primeiro caso, se a Vanguarda reconhecesse que devesse prevalecer o critério da Organização atingida o conflito pararia por aí. No segundo caso, a Vanguarda se acha no direito de prolongar o conflito com o seu julgamento de segurança imposto a uma outra Organização. Dessa forma, não reconhece que o risco de segurança é de outra Organização e que só ela pode saber dele e avaliá-lo.

Uma Organização marxista jamais infringiria o critério de segurança de outra Organização e nem impor a ela seus próprios critérios. Que a Vanguarda responda: continuará desacatando o critério de segurança do POR boliviano? Continuará enviando correspondência identificando o nome do partido e de um de seus dirigentes?

**A Vanguarda respondeu à nossa denúncia?**

Frente ao argumento de que a caixa postal do POR boliviano era pública, dissemos que a desconhecíamos e que a Vanguarda provasse de onde retirou tal informação. No seu Jornal n.26 maio\junho, a Vanguarda publicou um fac-símile da capa de um dos livros das Obras Completas de Guillermo Lora, apontando a caixa postal para a correspondência. A Vanguarda deduz que essa caixa é do POR. Falso. Trata-se de uma caixa para a correspondência de venda das Obras Completas. Não há nada que indique que se trata de uma caixa pública do POR boliviano. Como se vê, a Vanguarda não provou sua informação de que usava uma caixa pública do POR boliviano. Confundir uma caixa de correspondência de venda de livros do "Meu Quiosque" como sendo uma caixa pública do POR é pura má fé.

Mas por que a Vanguarda insiste na prática delatora? Por que não acatou a exigência do POR boliviano? Por que a Vanguarda despreza o critério de segurança de uma outra Organização? Porque não é uma corrente marxista-leninista. Submete o POR a seu capricho. Ou melhor, age como delatores de uma outra corrente política, sua adversária. Como dissemos, mesmo que tivesse uma caixa pública do POR, a Vanguarda não poderia desprezar a exigência da Organização adversária para que não enviasse correspondência assinalada com o nome do partido associada a um de seus dirigentes. Mas a Vanguarda faz o pior toma uma caixa postal de correspondência de livro como sendo de correspondência do POR e se julga no direito de desacatar o critério de segurança da corrente adversária.

O risco de segurança não é da Vanguarda, mas do POR boliviano. Se a Vanguarda entende o contrário (como está fazendo), comparece como delatora ao dar seqüência a sua noção de que não está pondo em risco a segurança da corrente que se julga afetada pela informação sobre o partido e dirigente por meio de correspondência internacional.

**Pequenas idiotices**

O redator da Vanguarda se entusiasma com a idéia de que teria provado ter acesso a uma caixa postal pública do POR boliviano. Resolve então extrapolar à solta. Diz que a TPOR "fez uma intensa campanha política em torno das Obras de Guillermo Lora (...)", mas que a concebeu "como uma mercadoria qualquer (...)", "uma vez que desconhece a presença da casilla nas Obras de Guillermo Lora(...)". Como a euforia era tão fulgurante, decide especular ainda mais. Diz: "desconfiamos que os diversos resumos de tomos das Obras de Guillermo Lora publicados no Jornal Massas da TPOR não sejam redigidos pela direção dessa seita, o que constitui uma farsa frente à sua militância, pois se fosse ela não desconheceria a existência pública da citada caixa postal".

Parece que estamos diante de um mestre da dedução. Um mestre que pode concluir com toda segurança que não tem sido a direção a fazer os resumos. O que a direção do POR veio a saber por meio da dedução da Vanguarda é que uma caixa postal de correspondência para venda de livros se tornou uma caixa pública do POR boliviano. Nós exigimos que os sabidões da Vanguarda apresentassem a caixa pública do POR e não uma caixa de venda de livros. Infelizmente, na luta política temos de enfrentar as pequenas idiotices dos pequenos adversários.

**Procurando motivos para desmoralizar**

A Vanguarda nunca redigiu uma crítica às posições políticas e programáticas do POR. Evitou entrar no mérito de nossas críticas ao agrupamento oportunista entre a LBI, grupo argentino de Gamboa e a Vanguarda. Nos choques da Vanguarda com a LBI, o grupo Gamboa esteve do lado da LBI. Como o agrupamento oportunista se rompeu, a Vanguarda voltou a se aninhar sobre as asas do grupo Gamboa. Analisamos todo esse trajeto e o resultado nos deu razão. A Vanguarda em nenhum momento se referiu às nossas posições. No entanto, os

tais revolucionários acham que podem combater as posições do POR com tentativas de desmoralização.

Inventou a história de que assinamos um manifesto com a LBI, organização caracterizada por nós como difamadora. Dissemos que o POR não assinou. Somente a direção do partido está autorizada a assinar um documento com outras organizações. Tomamos conhecimento de que o nome do POR foi colocado no tal do manifesto. Manifesto esse do Comitê contra a repressão e as demissões. Nossos delegados ao congresso da CNTE participaram da discussão do Comitê, mas não participaram da comissão de redação do manifesto. Assim, não houve autorização para incluir a assinatura do POR.

Mas mesmo que tivéssemos assinado o manifesto, é falso afirmar que assinamos com a LBI. O fato da LBI assinar um manifesto juntamente com várias correntes pertencentes a um comitê contra a repressão, e que por ventura estaria também o POR, não significa que estaríamos assinando com a LBI. Se tomássemos a decisão de jamais assinar um manifesto de um comitê porque a LBI estivesse presente, não passaríamos de uma seita presunçosa. O que o POR não fará é assinar um documento com a LBI. Mas os pequenos idiotas querem nos transformar numa seita.

Não contente com essa porcaria toda, a Vanguarda resolve ampliar a urdidura. Numa passagem sem pé e nem cabeça, acusa nossos militantes de "quando eleitos para algum congresso ou plenária nem aparecerem, pois sua consciência julgou que era mais conveniente ir a uma barzinho tomar cerveja, ficar em casa, ir à praia...". Não sabemos de que congresso ou plenária está falando. Nosso partido é conhecido por combater a burocracia e atuar disciplinadamente em torno de nossas teses. A Vanguarda não fala de um caso particular, que possa ser demonstrado, e generaliza como prática de nossa militância. Esse tipo de acusação é próprio de meliantes.

Não vamos entrar no mérito de outras falsificações como a de dissolução do Comitê de Enlace, uma vez que esse está funcionando, felizmente sem a presença do grupo Gamboa, perante o qual a Vanguarda se encontra ajoelhada e serve de instrumento de luta contra o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV

Internacional.

### **Quem é a seita confusa?**

Aproveitando-se da novela sobre a assinatura do manifesto, a Vanguarda imagina que encontrou o calcanhar de Aquiles do POR. Afirma que assumimos a bandeira de "fora a polícia dos sindicatos e organização dos trabalhadores, porque policiais de nenhum tipo fazem parte da classe operária". Essa frase consta como bandeira no final do manifesto. A que responde? Isso a Vanguarda não explica. Responde ao conteúdo de rechaço às "perseguições e todo tipo de repressão", "à repressão às greves, perseguições políticas e demissões", a necessidade de "frear as perseguições políticas e processos em andamento, e outros que poderão aparecer". A bandeira citada consta de um conjunto que também expressa esse conteúdo. São elas: "Abaixo as perseguições políticas; abaixo os processos administrativos e criminais; fora a polícia dos sindicatos e organização dos trabalhadores, porque policiais de nenhum tipo fazem parte da classe operária, pela readmissão dos lutadores demitidos; toda solidariedade à luta dos trabalhadores argentinos". Como se vê, as bandeiras de conjunto estão voltadas contra a opressão do Estado.

Certamente, se tivéssemos participado do comitê de redação nos contraporíamos a segunda parte da frase explicativa ("porque policiais de nenhum tipo fazem parte da classe operária"). Tal explicação foi introduzida de contrabando por algum dos participantes que se opõem por princípio qualquer apoio às greves de policiais. Tirando esse oportunismo, agora com o manifesto em mãos, não temos razão para não assiná-lo.

A Vanguarda muito bem sabe o quanto nos diferenciamos das posições reacionárias da LBI quanto a essa questão. Temos uma polêmica esgotada sobre ela. Mas a resposta que a Vanguarda dá a essa bandeira, esta sim expressa confusão ideológica. Afirma: "essa consigna que o POR endossou esconde atrás de si uma concepção oposta à política militar do proletariado revolucionário que sabe diferenciar soldados, cabos e sargentos da alta oficialidade".

A afirmação da frase de que "polícia-

is de nenhum tipo fazem parte da classe operária" é correta. O proletariado se define pelo lugar que ocupa nas relações de produção. A polícia é o braço armado do Estado burguês contra o proletariado. Agora, distinguir a oficialidade da tropa não significa afirmar que a tropa é parte da classe operária. Nós fazemos a distinção, mas não a confusão típica dos sabidões da Vanguarda. Perguntamos: o grupo Gamboa e a Vanguarda não constituíram um comitê com a pretensão de resolver suas diferenças e se colocar pela reconstrução da IV Internacional? A Vanguarda e Gamboa estiveram no mesmo quadro organizativo com uma corrente (LBI) contrária a política militar do proletariado. Onde estão a crítica e auto-crítica dessa união espúria? O POR nunca esteve unido à LBI. Pelo contrário, sempre foi seu maior adversário.

### **Acusamos a Vanguarda de ser conivente com o método de difamação da LBI**

Em nossa polêmica, mostramos que a Vanguarda e o grupo Gamboa estavam de lua de mel com a LBI quando exigimos que eles pedissem a comprovação da falsa acusação da LBI de que o POR era uma corrente de delatores. Exigimos que a LBI apresentasse as provas. A LBI não apresentou as provas. Gamboa e a Vanguarda pediram as provas para a LBI? Nada disso. Acreditaram na LBI. Não se trata da palavra da LBI contra a palavra do POR. Trata-se do acusador mostrar as provas contra os acusados. Não fazendo isso, a acusação é difamadora.

A Vanguarda foi conivente com a LBI porque procurava juntamente com Gamboa fundir-se com essa seita e estava em luta contra o Comitê de Enlace. Agora vem dizer que era preciso de uma comissão do movimento operário para apurar todos os fatos. É assim que se lava as mãos e borra a sua conivência com os difamadores.

### **Últimas palavras sobre a greve de fome**

A greve de fome foi o último recurso que os militantes do POR encontraram para voltar o movimento grevista contra a repressão da prefeitura. É falsa a afirmação de que esta só poderia ser lançada

se a assembléia assim aprovasse. A greve de fome foi um meio para denunciar a repressão e chamar a atenção dos trabalhadores para a necessidade de continuar a luta. É falso que a classe a rejeitou.

O resultado da greve de fome foi positivo para o combate. A prefeitura retrocedeu na repressão e atendeu em parte a reivindicação salarial. Perguntamos aos imbecis da Vanguarda em que lugar o movimento grevista arrancou 20% de reajuste? A Vanguarda ao condenar a greve de fome como "revolucionarismo pequeno burguês", colocou-se do lado do poder local da burguesia.

Para lutar contra o POR, os lacaios usam de todos os artifícios. O mais sórdido de todos eles foi a condenação da

greve de fome dos dirigentes do movimento grevista em Ceará Mirim.

### **Outro fato sobre a confusão ideológica**

A Vanguarda caracterizou o atentado terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos como progressista. Considera que existe um tipo de terrorismo que dá lugar à consciência política e de classe das massas. Eis a afirmação: "O terrorismo político traduz um estágio da luta de classe, podendo ter raiz no caráter embrionário da consciência política de classe das massas, em que grupos se lançam pelas costas das massas para assumirem o papel histórico revolucionário destas (...)".

Entre os vários tipos de terrorismo, há um que não só é progressista como se constitui no caráter embrionário da consciência política das massas. Esta aí a tremenda confusão entre o exercício da violência revolucionária das massas contra a burguesia (terrorismo das massas) e o terrorismo de grupos que atuam à margem do proletariado e contrário ao método da luta de classe.

Agora, o que impressiona é o fato da Vanguarda estar unida com o grupo Gamboa, quando esse condenou a ação terrorista de 11 de setembro. A condenação pelo grupo Gamboa e o apoio pela Vanguarda não foram motivos de ruptura. Perguntamos: quem é a seita confusa?

## **A capitulação da VP perante os órgãos da burocracia universitária**

A Vanguarda não tem nada de proletária. Em sua campanha contra o POR, procura desqualificá-lo com o carimbo de "seita pequeno-burguesa confusa". Mas na verdade a Vanguarda não encontra fundamento para tal qualificação. Acaba assim usando esse recurso para compensar sua incapacidade de pôr em pé uma corrente embasada no programa proletário, na teoria marxista e numa sólida linha política. Já demonstramos acima suas patranhas contra o POR. Apesar de serem suficientes para indicarem sua total inconsistência, comentaremos dois problemas que constam no Vanguarda n. 26.

### **As besteiras sobre o partido**

Em uma nota intitulada "Polêmica sobre seita e partido", referindo-se a uma suposta opção ("optou") de Lenin "pela idéia acertadamente dos quadros dirigir e conspirar contra a classe opressora", o redator da nota resolve exercer seu potencial e liberdade criadora. Afirma: "A verdade é que essa característica de partido de quadro faz parte de certo momento da vida do partido revolucionário. No momento da organização e de segurança, pois a classe oposta utiliza-se da violência através de suas instituições e aparelhos. Partido de vanguarda se tornará em partido de massa à medida em que consciência revolucionária evo-

lua para a apropriação do poder e conduzir as transformações socialistas".

Como se vê, a Vanguarda acha que Lenin distinguia o partido em duas fases conjunturais: a primeira de quadros e a segunda de partido de massa. Trata-se de pura invenção. Lenin concebeu o partido revolucionário como expressão do programa e como instrumento do proletariado adaptado às condições da luta de classes. Por expressar a estratégia da revolução proletária, o partido é constituído de militantes profissionais, no sentido que dedicam suas energias para se tornar dirigente físico das massas. A noção de partido como vanguarda corresponde à tarefa dos homens de posse do programa e temperados no trabalho no seio das massas para dirigi-las.

Citemos apenas uma passagem o livro "Que Fazer", que expressa a essência do leninismo em matéria organizativa: "A concentração de todas as funções clandestinas em mãos do número mais pequeno possível de revolucionários profissionais não significa de modo algum que estes últimos "pensarão por todos", que a multidão não participará ativamente no movimento. Ao contrário, as massas farão surgir em seu seio um número cada vez maior de revolucionários profissionais, pois saberão então que não basta que alguns estudantes e operários que lutam no terreno econômico se reúnam para constituir um "co-

mitê", mas sim que é necessário se forjar, através de anos, como revolucionários profissionais, e "pensará não tão-somente nos métodos primitivos de trabalho, mas precisamente nessa formação".

Vemos que o partido de quadros (revolucionários profissionais) se forja no seio do proletariado e se capacita a ser direção das massas. Não existe a separação: primeiro, partido de quadros, depois, partido de massa.

### **Classismo de meia-tigela**

A Vanguarda acredita ter encontrado a contradição entre o programa e a prática do POR. Entretanto, vamos ver a prática e o "programa" da Vanguarda (na verdade não tem programa). Na pág.4, da edição n.26, bate bumbo em torno da chapa 2 intitulada "Classistas na luta", para eleição de representantes dos técnico-administrativos nos colegiados superiores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Entretanto, a plataforma da chapa não passa de uma listagem de medidas burocráticas liberais. Tirando o adendo, que não passa de formalidade, "abaixo à Alca: construir a frente única antiimperialista e pelo governo operário e camponês", o restante dos pontos seria assinado por qualquer burocrata de esquerda.

Citemos algumas das tarefas da cha-

pa dita classista: a) “elaboração de propostas de concessão de títulos honoríficos e comendas, bem como instituição de prêmios para personalidades que contribuíram com a educação, ciência e tecnologia brasileira”. Parece uma resolução do MEC. b) Propor discussão e posicionamento a favor do projeto de lei que cria o cargo único de técnico-administrativo em educação, que tramitará no Congresso Nacional (mediante luta nacional tendo à frente a FASUBRA). Essa formulação é típica do reformismo petista com sua orientação “propositiva” ao Parlamento. c) “Propor elementos de diretrizes orçamentárias,

bem como distribuição interna de recursos, que venham atender os interesses da comunidade universitária”. Essa medida é cópia do tal orçamento participativo do PT. d) “Propor minuta de resolução instituindo gratuidade para cursos de pós-graduação ao nível de especialização da UFRN, bem como extinção da taxa do vestibular”. Essa proposição é reacionária. Isso porque mantém o vestibular, retirando-lhe apenas a taxa. e) “Propor políticas e definir prioridades da universidade nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, inclusive na concessão de bolsas de estudo e de outros incentivos aos estudantes mais caren-

tes”. Aqui encontramos a convergência dos reformistas acadêmicos da Andes, dos profissionais e do governo. f) “Autonomia Universitária de acordo com o artigo 207, da Constituição brasileira”. Os trotskistas da Vanguarda reivindicam para si a autonomia universitária prevista na Constituição de Ulisses Guimarães, que só tem sido concretizada como “autonomia da gestão financeira”.

Tudo isso nos é muito engraçado, quando alguém pretende fazer das patuquadas burguesas e dos choramingos legalistas da burocracia universitária em programa classista. São essas pessoas que nos acusam de “seita confusa”.

## Socialismo e Religião

Vladimir Lenin

Toda sociedade atual está baseada na exploração das vastas massas da classe operária por uma insignificante minoria da população, a classe dos latifundiários e dos capitalistas. É uma sociedade escravista, pois os operários “livres”, que durante toda sua vida trabalham para o capital, só “têm direito” aos meios de subsistência, necessários para a manutenção dos escravos que produzem lucros, para assegurar e perpetuar a escravidão capitalista.

A opressão econômica dos operários provoca e engendra inevitavelmente todo gênero de opressão política, de humilhação social, obscurecendo e degradando a vida espiritual e moral das massas. Os operários podem conseguir uma maior ou menor liberdade política para lutar por sua emancipação econômica, mas nenhuma liberdade poderá emancipá-los da miséria, do desemprego e da opressão enquanto não for derubado o poder do capital. A religião é um dos aspectos da opressão espiritual que em todas as partes sufoca as massas, esgotadas pelo perpétuo trabalho para os outros, pela necessidade e desamparo. A impotência das classes exploradas na luta contra os exploradores engendra a fé em uma vida melhor além da morte tão inevitavelmente como a impotência do homem primitivo no seu embate com a natureza em que engendra a fé nos deuses, nos demônios, nos milagres etc. Aquele que trabalha e padece de miséria em toda sua vida, a religião lhe ensina a ser humilde e resignado na vida terrena

e a confortar-se com a esperança da recompensa celestial. Mas àqueles que vivem do trabalho alheio, a religião lhes ensina a praticar a caridade na terra, oferecendo-lhes assim uma barata justificativa para toda a sua existência de exploradores e vendendo-lhes a preços módicos passagens para o bem-estar celestial. A religião é o ópio para o povo. A religião é uma espécie de embriaguês espiritual no qual os escravos do capital asfixiam sua fisionomia humana, suas exigências de uma vida mediamente digna do ser humano.

Mas o escravo que adquiriu consciência de sua escravidão e tem avançado na luta pela emancipação é só um meio escravo. O moderno operário com consciência de classe, formado na grande indústria fabril, esclarecido pela vida urbana, se desfaz com desprezo dos preconceitos religiosos, deixa o céu aos sacerdotes e beatos burgueses e trata de conquistar para si uma vida melhor aqui na terra. O proletariado moderno se coloca ao lado do socialismo, que utiliza a ciência na batalha contra a névoa da religião e que liberta os operários da fé na vida do além-túmulo, unindo-os para lutar no presente por uma vida melhor na terra.

A religião deve ser declarada um assunto privado. Com estas palavras podem expressar habitualmente os socialistas sua atitude diante da religião. Mas a significação destas palavras deve ser definida com exatidão, para prevenir qualquer mal-entendido. Nós exigimos

que a religião seja um assunto privado em relação ao Estado, mas não podemos considerar de modo algum um assunto privado em relação ao próprio partido. O Estado nada tem a ver com a religião, e as sociedades religiosas não devem estar vinculadas com o poder estatal. Toda pessoa deve ser completamente livre de professar a religião que quiser ou de não reconhecer nenhuma religião, isto é, ser ateu, como o é, pela regra geral, todo socialista. Qualquer discriminação dos direitos dos cidadãos, relacionada com suas convicções religiosas, é completamente intolerável. Inclusive qualquer menção nos documentos oficiais da religião dos cidadãos deve ser inquestionavelmente suprimida. Não deve efetuar-se nenhuma entrega de fundos do Estado à Igreja, nem destinar-se dinheiro do Estado às sociedades eclesásticas e religiosas, que devem ser associações de cidadãos que coincidem em suas idéias, associações totalmente livres e independentes do Estado. Somente o total cumprimento destas exigências pode pôr fim àquele ignominioso e maldito passado, em que a Igreja era mantida na dependência feudal em relação ao Estado, e os cidadãos russos mantidos na dependência feudal em relação à Igreja; quando existiam e se aplicavam leis inquisitoriais medievais (que ainda hoje figuram em nossos códigos e estatutos penais), que perseguiram o ser humano por sua fé ou por sua descrença, que exerciam coação sobre sua consciência, que uniam os cômodos cargos oficiais e

ingressos fiscais com a distribuição deste ou daquele aguardente pela igreja. Completa separação entre a Igreja e o Estado: eis aqui o que o proletariado socialista exige do Estado moderno e da Igreja moderna.

A revolução russa deve efetivar esta exigência como componente indispensável da liberdade política. Nesse sentido, a revolução russa está em condições particularmente vantajosas, porque o repugnante burocratismo da autocracia feudal e policialesca tem provocado o descontentamento, a inquietação e a indignação até no clero. Por mais submissos, por mais ignorantes que tenham sido os clérigos ortodoxos russos, o estrondo da queda da velha ordem medieval na Rússia, também os despertou. Até eles aderiram à demanda de liberdade, protestam contra o burocratismo e as arbitrariedades oficiais, contra a espionagem para a polícia que têm sido imposto aos "servidores de Deus". Nós, os socialistas, devemos apoiar este movimento, levar até às últimas conseqüências as exigências dos membros do clero honestos e sinceros, tomar-lhes a palavra quando falam de liberdade, exigir-lhes que rompam decididamente com todo o nexos entre a religião e a polícia. Ou são sinceros, e então devem pronunciar-se pela completa separação entre a Igreja e o Estado e entre a escola e a Igreja, para que a religião seja declarada total e incondicionalmente um assunto privado; ou não aceitam estas lógicas exigências da liberdade, e então significa que todavia são prisioneiros das tradições da inquisição, que todavia procuram obter cômodos cargos oficiais e ingressos fiscais, que não acreditam na força espiritual de sua arma, que continuam sendo subornados pelo poder estatal. E nesse caso os operários com consciência de classe de toda Rússia lhes declararão uma guerra implacável.

O que diz respeito ao partido do proletariado socialista, a religião não é um assunto privado. Nosso partido é uma associação de lutadores conscientes e avançados para a emancipação da classe operária. Tal associação não pode e não deve ter uma atitude indiferente frente à falta de consciência de classe, a ignorância ou o obscurantismo na forma de crenças religiosas. Exigimos completa separação entre a Igreja e o Estado, para lutar contra névoa religiosa com uma

arma puramente ideológica e somente ideológica: com nossa imprensa e com nossa palavra. Mas temos criado nossa organização, o POSDR, entre outras coisas precisamente para lutar contra a superstição religiosa com a qual se engana os operários. Para nós a luta ideológica não é, pois, um assunto privado, mas um assunto de todo o partido, de todo o proletariado.

Se isto é assim, por que não declaramos em nosso programa que somos ateus, por que não impedimos os cristãos e outros crentes em Deus ingressar em nosso partido?

A resposta a essa pergunta deve servir para explicar a diferença muito importante que existe entre a colocação do problema da religião pelos democratas burgueses e pelos social-democratas.

Todo nosso programa está construído sobre uma concepção do mundo científica e além disso materialista. Por ele, a explicação de nosso programa inclui necessariamente a explicação das verdadeiras raízes históricas e econômicas da névoa religiosa. Nossa propaganda inclui necessariamente a propaganda do ateísmo, a publicação da literatura científica adequada, que até agora foi proibida e perseguida severamente pelo poder estatal autocrático feudal, deve constituir agora em um dos campos de nosso trabalho de partido. Provavelmente teremos de seguir agora o conselho que Engels deu uma vez aos socialistas alemães: traduzir e difundir entre as massas as obras da Ilustração e o ateísmo francês do século XVIII.

Mas em nenhum caso podemos cair no erro de colocar o problema religioso de um modo abstrato e idealista, como uma questão "intelectual" à margem da luta de classes, como não poucas vezes o fazem os democratas radicais da burguesia. Seria absurdo acreditar que em uma sociedade baseada na infinita opressão e degradação das massas operárias é possível eliminar os preconceitos religiosos exclusivamente pela via da propaganda. Seria uma limitação burguesa esquecer que o jugo religioso que oprime a humanidade é somente um produto e um reflexo do jugo econômico no seio da sociedade. Nenhum foínete e nenhuma prédica poderão esclarecer ao proletariado, se não é esclarecido por sua própria luta contra as obscuras forças do capitalismo. A unidade nesta luta

verdadeiramente revolucionária da classe oprimida pela criação de um paraíso na terra é mais importante para nós que a unidade de opinião do proletariado acerca do paraíso celestial.

Esta é a razão pela qual em nosso programa não declaramos nem devemos declarar nosso ateísmo, eis aqui o por que não temos impedido e nem devemos impedir os proletários que ainda conservam tais ou quais vestígios de velhos preconceitos, associar-se a nosso partido. A concepção científica do mundo devemos predicá-la sempre e é essencial para combatermos a inconseqüência de alguns "cristãos"; mas isto não significa em absoluto que se deva colocar o problema religioso em primeiro lugar, lugar que de modo algum lhe corresponde, que se deva permitir que as forças da verdadeira luta revolucionária econômica e política se dispersem em função de opiniões ou idéias absurdas de importância secundária, que logo perdem toda significação política, que rapidamente são jogadas no depósito de trastes velhos pelo curso mesmo do desenvolvimento econômico.

A burguesia reacionária tem se preocupado em todas as partes, e agora começa a fazê-lo em nosso país, por acender o ódio religioso, a fim de desviar a atenção das massas dos problemas econômicos e políticos verdadeiramente importantes e essenciais, isto é, os problemas que agora resolve na prática o proletariado de toda Rússia que se une em sua luta revolucionária. Esta política reacionária que procura dividir as forças proletárias se manifesta hoje sobretudo nos pogrôms das centurias negras, mas amanhã pode conceber algumas formas mais sutis. Nós, em cada caso, combateremos com uma posição serena, firme e paciente - alheia a tudo aquilo que tenda a incitar divergências secundárias - da solidariedade proletária e da concepção científica do mundo.

O proletariado revolucionário terá de fazer da religião um assunto realmente privado no que concerne ao Estado. E nesse sistema político, limpo do bolor medieval, o proletariado empreenderá uma luta ampla e direta para eliminar a escravidão econômica, verdadeira fonte do engano religioso à humanidade.

Nóvai Zhizn, n. 28, de 3\dezembro de 1905

# Crise capitalista se manifesta vigorosamente

## O desmoronamento das multinacionais

A quebra da Enron abriu caminho para a série de denúncias de faturamento fraudado de grandes multinacionais, como a WorldCom, Xerox, Merck, GM, cada uma delas com bilhões de dólares que só existiam no papel. O faturamento "frio" é um mecanismo de valorização artificial das ações das empresas e de garantia para empréstimos bancários. Sua exposição causou grandes perdas nas bolsas de valores. Outras multinacionais revelaram grandes perdas, como a Johnson & Johnson e Aple. Além disso, a indústria norte-americana apresentou 4 meses seguidos de retração. Estima-se que as ações tenham se desvalorizado em média cerca de 15% este ano, sendo que as ligadas às empresas de alta tecnologia (Nasdaq) atingiram 28% de desvalorização. No último dia 19/07, a Bolsa de Nova York teve sua 7ª maior queda na história. Esses dados indicam que a principal economia do planeta encontra-se em processo recessivo, e que as fraudes escondem uma recessão bem maior que a exposta. Isto, apesar de todas as tentativas de amenização feitas pelo governo, desde as menores taxas de juros da história, financiamentos de automóveis a juros zero, ampliação dos gastos militares etc.

O comércio mundial se retraiu 10% em relação ao ano passado. Quer dizer que os países estão importando menos e exportando menos. Ou seja, que há uma queda generalizada na economia mundial, apesar das aberturas de mercado dos países atrasados.

A atual crise de superprodução tem arrastado a economia mundial e é expressão da desintegração do capitalismo.

## O caráter parasitário do capital na fase imperialista

O domínio do capital financeiro em

relação à produção é uma das características do imperialismo. Seu agigantamento leva a uma posição parasitária em relação à economia, pela impossibilidade de investimento produtivo. A substituição da exportação de mercadorias pela de capitais, característica da fase imperialista, alimenta ainda mais o artificialismo e parasitismo do capital financeiro.

As enormes perdas de valor das ações nas bolsas de valores expressa o quanto essa jogatina se distanciou da produção. Mostram como a valorização artificial serve para sustentar o ganho de uma massa de capital que não tem como ser investida, e assim traz lucros de forma absolutamente parasitária.

## A ofensiva militarista, necessidade imperialista

Com a crise econômica se manifestando com cada vez mais força, torna-se uma necessidade para o imperialismo avançar sua ofensiva militarista, bélica. Primeiro, para garantir o domínio sobre a produção de matérias-primas e sobre seus mercados. Segundo, para aliviar a recessão com crescimento da produção armamentista.

O controle das fontes de matéria-prima, necessidade do capital monopolista desde sua formação, adquiriu ainda maior importância pela ligação com o mercado de valores. Mais de um terço do total negociado nas bolsas de valores corresponde aos derivativos, baseados na elevação dos preços das matérias-primas (sem falar nas multinacionais exploradoras de petróleo). Mas as tendências recessivas pressionam esses valores para baixo.

O imperialismo tem hoje ainda maior necessidade de impor seu controle sobre as regiões produtoras de matéria-prima. É daí que vem sua necessidade de ampliar a intervenção no Oriente Médio e região, bem como de

garantir seu predomínio na América Latina (Operação Colômbia).

Como principal economia e mercado mundiais, os EUA têm determinado as linhas gerais da economia internacional. Mas com a recessão se manifestando, o poder econômico necessita da ampliação da influência militar, de forma a garantir os interesses do capital financeiro internacional.

## A desintegração nos países semicoloniais

O avanço da crise reflete o esgotamento da política neoliberal aplicada aos países semicoloniais. A década de 1990 foi a da abertura em larga escala das economias semicoloniais, ampliação de seu endividamento externo, privatização e destruição de serviços sociais públicos, arrocho salarial e reestruturação da produção, que impulsionou o desemprego. Com essas medidas, criou-se artificialmente um mercado extra para as multinacionais dos países imperialistas, elevou-se o controle do imperialismo sobre os setores estratégicos das economias atrasadas e se manteve uma fonte de alimentação do capital parasitário, garantindo-se o pagamento de serviços das dívidas públicas. Esta elevação brutal da exploração não poderia manter o fluxo de capital por tempo indefinido, pois as pressões recessivas da economia mundial se reforçavam com as medidas neoliberais, na verdade de estrangulamento das economias semicoloniais. Sem a possibilidade de crescimento, as semicolônias esgotaram rapidamente sua capacidade de sustento do parasitismo em larga escala.

A quebra da Argentina é o fenômeno mais evidente nesse sentido. Na década passada, foi o país que mais se empenhou no cumprimento das diretrizes traçadas pelo capital financeiro internacional. Sua reforma monetária,

tão artificial quanto a brasileira, baseou-se inteiramente na paridade peso/dólar. A impossibilidade de manter uma valorização artificial da moeda diante da disparidade entre as economias argentina e norte-americana faliu as indústrias, quebrou o sistema bancário e jogou boa parte da população (metade dos habitantes da capital) na miséria. O desemprego atingiu 24%. Os governantes foram se mostrando impossibilitados de agir sobre uma economia em desintegração total e caíram. O estouro do risco país reflete a impossibilidade de manter os compromissos de sustento do parasitismo sobre uma economia exaurida.

O grande volume de dinheiro que é investido nos países atrasados visando apenas ao lucro mais imediato, decorrente das altas taxas de juros, revela o tamanho da crise e a fragilidade da economia encarcerada pelas relações de produção historicamente falidas.

### **A crise desaba sobre as massas**

O agravamento da crise econômica descarrega seu maior peso sobre os assalariados, através do desemprego e do arrocho salarial. A tendência de queda das taxas de lucro é compensada pelos capitalistas com a redução direta e indireta dos salários e elevação da exploração do trabalho. No mundo todo, os monopólios impõem retrocesso às conquistas sociais por meio da chamada flexibilização do trabalho.

A ativação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) é uma necessidade do imperialismo ianque para remover os últimos vestígios de proteção alfandegária existentes nos países semicoloniais, sem mexer na sua própria, e de impor a quebra dos direitos trabalhistas ainda existentes. A implantação desse tratado significa abolir qualquer limitação à exploração do trabalho assalariado e à opressão nacional.

Diante da impossibilidade de um amplo desenvolvimento das forças produtivas, o capital busca refúgio avançando sobre o salário, aumentando a superexploração do trabalho.

No curto prazo, permite-se preservar os lucros passando os prejuízos aos assalariados. Esses mecanismos trazem a elevação da taxa de desemprego e miséria geral das massas.

### **As manifestações da crise no Brasil**

O Brasil vem sentindo as pressões da economia mundial, que se manifestam nas quedas nas bolsas de valores e alta do dólar. E as tendências recessivas estão presentes nos setores mais importantes da economia. As montadoras estão com os pátios cheios. Suas vendas caíram mais de 20%, tanto no mercado interno quanto no externo (exportações). As demissões de centenas estão anunciadas, e os capitalistas oferecem o caminho dos acordos de redução salarial e de direitos, afastamento com redução salarial, além do PDV (Plano de Demissão Voluntária) como via de engano aos operários. Na verdade, esses mecanismos apenas equacionam as demissões, permitindo aos capitalistas preservarem parte dos seus lucros e impedirem a rebelião operária pelo salário e emprego. Ajudam nessa tarefa miserável os burocratas dirigentes sindicais, de direita (Força Sindical) e reformistas (CUT).

A alta do dólar conseqüência da fuga de capital especulativo desaba a tal estabilidade monetária. Expressa a brutal contração da economia nacional e o abismo entre esta e a economia ianque. O governo tem queimado pelo menos 50 milhões de dólares todos os dias para amenizar a explosão da moeda norte-americana, mas tem sido em vão. Solicitou ao FMI autorização para baixar brutalmente as reservas cambiais, a fim de preservar o valor do Real. Recorre a novos empréstimos. As condições para o atenuamento da crise, com queima de reservas, renegociação da dívida e tomada de novo empréstimo, da ordem de 30 bilhões, vão preparar condições para uma explosão ainda maior das contradições da economia do país.

### **A política proletária**

A situação da classe operária e dos

assalariados em geral é a de elevação brutal da exploração, queda das condições de vida e eliminação de direitos. As tendências de luta têm sido breçadas ou mantidas isoladas pelas direções sindicais, que alimentam a conciliação de classe (na prática, rendição às pressões burguesas).

As ilusões democráticas nas eleições colaboram para manter a classe operária e as massas amordaçadas diante da crise. Como não há ainda um partido revolucionário estruturado que possa ajudar o proletariado a resistir às pressões dos capitalistas e da burocracia sindical, tem-se imposto todo tipo de "flexibilização" anti-operária denominada de "acordos". As direções sindicais seguem com a política conciliadora, bloqueiam a luta direta e, quando esta ocorre, isolam-na e levam-na ao desgaste.

A política proletária é a de organização de um movimento nacional unitário, de combate aos parasitas capitalistas e em defesa do emprego e salário.

As reivindicações de reposição das perdas salariais, salário mínimo real, e emprego para todos, pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial (escala móvel de horas de trabalho - divisão de todo trabalho disponível entre os aptos a trabalhar) são o ponto de partida. As bandeiras de não pagamento da dívida externa, reestatização das empresas privatizadas sob controle operário, defesa dos serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência), fim dos latifúndios e terra aos sem-terra, estatização do sistema bancário etc. constroem a unidade nacional dos oprimidos contra o imperialismo e a burguesia nacional submissa, em oposição à política burguesa pró-imperialista e à reformista, que pouco se distingue dela. Estas, que constituem a defesa das condições de existência da classe operária, se efetivadas, permitirão aos explorados avançar na luta pela destruição do capitalismo pela revolução proletária. É sob essa linha que o POR atua no movimento das massas e trabalha pela superação da crise de direção.

## Argentina

# A Importância dos Piquetes de Ação Direta de 26 de Junho

As ações piqueteiras de 26 de junho tiveram uma grande importância. Expressavam a tendência das massas em enfrentar mais abertamente o regime, nas condições de extremo agravamento dos dramas sociais. Expressavam a desilusão crescente das massas com as instituições, e a quase nula expectativa de que por meio de eleições se poderá encontrar alguma saída. As atitudes piqueteiras de ação direta para exigir pão e trabalho sintetizavam a convicção de que por meio de tréguas pactos e acordos com o governo não se conquistariam as reivindicações, mas sim que se facilitariam os ataques às condições de vida das massas.

Para o governo, o perigo dessas ações era que se iniciava uma luta para quebrar a trégua pactuada pela CGT e pela CTA, que se quebrariam os acordos de governabilidade da CCC e da FTV (que se integraram aos Conselhos Consultivos para distribuir os subsídios dos planos do governo). Esses acordos estavam destinados a dividir as lutas e impedir sua coordenação. Para que isto ocorresse, era necessário isolar os setores mais radicalizados, aqueles que estavam convencidos de que não se deveria dar trégua aos governos do FMI. Volta e meia D'Elia e Alderete reafirmavam que seus piquetes eram pacíficos, que não atrapalhavam o trânsito, que não eram violentos etc.

O governo combinou várias táticas para paralisar os mais combativos, cortou os subsídios e utilizou seus corruptos líderes de bairro para quebrar os militantes das organizações piqueteiras, um dos trabalhos mais miseráveis desta gentilha. A este trabalho se somou a repressão, intimidando os lutadores, assassinando piqueteiros e utilizando cassetetes para quebrar sua disposição de luta.

Toda essa política entra em crise quando se nota que um setor das massas mantinha ações radicais, começando a quebrar os diques de contenção que ainda não estavam prontos, retomando as jornadas de dezembro-janeiro. A ocupação dos edifícios públicos, em alguns casos com tomada de reféns – os funcionários –, de bancos, as contínuas mobilizações, puseram o grande capital em alerta.

Podemos constatar que, longe de se apaziguarem, as massas persistiam com suas reivindicações. Os ideólogos, os jornalistas do regime, os principais meios de comunicação começaram a martelar o tema da ordem, que haveria de sair do caos “apesar de reconhecer a legitimidade das reivindicações”, diziam que as contínuas mobilizações e piquetes “chocavam com os direitos de outros setores” etc. Redobram-se as campanhas para isolar os movimentos, frisando que todas as reivindicações devem ser pacíficas.

Os governadores peronistas com seu documento de 14 pontos ajudaram Duhalde a se submeter integralmente as normas do FMI, servindo também para disciplinar as massas, colocando a necessidade de se acabar com os piquetes e os bloqueios de rua. Os governadores de La Pampa, Córdoba, Jujuy e Salta somaram-se a esses pedidos. Deviam demonstrar que eram capazes de conter a rebelião aberta.

Nessa orientação, de terminar com os protestos generalizados, de acabar com a intervenção revolucionária das massas, que der-

rubaram os governos anteriores, começaram a discutir mais uma vez como colocar para as forças armadas para reprimir internamente. A polícia e a guarda municipal já faziam parte da repressão contra as massas. Brizoni inicia contatos abertos com empresários, políticos e burocratas recolhendo as opiniões de cada setor. Ruckauf, o ideólogo do “meter bala” nos pobres, reivindica o decreto do ano de 1975 que ele ordenou (como ministro do interior de Isabelita) que as forças armadas aniquilem os subversivos. O objetivo do governo é terminar com a rebelião popular já que são conscientes de que não podem resolver, nem minimamente, o terrível desastre que vivem as massas. Toda essa campanha que tentam levantar encontra as classes médias mobilizadas contra o regime (vindo a protagonizar uma gigantesca marcha no aniversário do golpe genocida). A paralisação de repúdio convocada pela CTA teve índices superiores aos anteriores.

As assembléias piqueteiras, aprovadas no fim de semana anterior, tiveram um papel detonante de toda essa situação, revelando a magnífica crise política que vive o governo e a burguesia de conjunto. A conduta das organizações de esquerda e da classe operária deve ser avaliada conforme a atitude que adotaram nesta jornada

## **A repressão selvagem foi preparada, não foi um ato de um louco. Duhalde é o responsável pelo assassinato dos piqueteiros**

Todo esse quadro que se liga a repressão de 26 de Junho foi preparado pelos grandes capitalistas, que chamavam “disciplinar”, e da necessidade de terminar com o estado de coisas que se vive. Não podem mais tolerar que as massas sigam ocupando as ruas todo o tempo. Não podem tolerar que os politiqueteiros tenham de deliberar às escondidas e nem terem medo de sair às ruas pelo medo de serem execrados. Não toleram que os operários ocupem as fábricas e tentem fazê-las funcionar. Não toleram as assembléias populares e martelam no velho chavão de que o povo somente delibera e governa através de seus representantes constitucionalmente eleitos. O governo de Duhalde acatou todos esses pontos e ameaçou em toda a sua patética debilidade que não toleraria mais bloqueios violentos de estradas e pontes, que aplicaria todo o rigor da lei para garantir a ordem. E aí está o produto de sua ameaça.

Até onde acataram as ordens precisas do governo nacional e da província ou até onde as forças repressivas se moveram com grau de autonomia pela enorme debilidade do governo, é um tema secundário. As divisões internas entre as frações capitalistas têm uma importância menor, apesar de terem aparecido no cenário. Tudo parece indicar que nem Duhalde nem Sola são os que mandam efetivamente nas forças repressivas, mas nem por isso são menos culpados do que ocorreu porque foram os que tomaram essa política como sua, tomando para si as reivindicações da oligarquia e do capital financeiro em todos os terrenos.

Por isso foram e são os principais encobridores dos assassinatos, são tão assassinos como os que executaram a tarefa.



A repressão foi preparada, tanto pela quantidade de efetivos, como pelos cartuchos carregados com bala de chumbo, a ação das polícias e serviços civis reprimindo, o incêndio do coletivo, contratação de falsos piqueteiros para confundir, a campanha da imprensa, tudo isso foi feito com anterioridade. Vejamos se o governo se preparou ou não para fazer a “omelete”. Por acaso o governo não soube como reprimiria? Seus serviços de inteligência que custaram dezenas de milhões não lhe avisaram o que estavam preparando? De onde saiu o dinheiro para financiar esta operação?

Uma boa parte da população sabia do que se tratava, por isso não comprou a carne podre que o governo lhe servia através das mídias e das próprias mídias, a voz dos grandes capitalistas. Por isso a reação popular imediata de solidariedade com os reprimidos.

Essas metodologias não são próprias apenas das ditaduras militares, são próprias do Estado burguês, que as utilizam regularmente para esmagar os que se negam a se disciplinar por este regime. Em quantas mobilizações aplicaram este mesmo método, como se generalizou este método do “gatilho fácil” mesmo nas barricadas mais humildes. Sob a ditadura militar ou sob a democracia burguesa, o Estado está nas mesmas mãos, nas mãos da minoria capitalista. Além do governo e dos partidos, o aparato repressivo é uma função essencial do Estado que preservam.

### **Terminou a Trégua. Começa o Fim de Duhalde**

O que foi desenhado para dar um golpe exemplificador aos que lutam terminou como um tiro pela culatra. Toda a crise caiu sobre o governo, que tinha preparado tudo para pôr a culpa nos “violentos” piqueteiros, que os mortos eram consequência do enfrentamento entre frações piqueteiras, que tinha preparado os microfones para os D’Elias criticarem os rebeldes e reivindicar sua metodologia pacífica, democrática e eficiente. Poucas horas bastaram para que se caísse toda esta teatralização, rapidamente se soube, pelo vigor do movimento popular, exatamente como foram os fatos, obrigando o governo a recuar e a se desdizer.

A CCC e a CTA, que chamaram uma paralisação em repúdio a repressão, entraram em crise pela conduta de suas direções na noite deste mesmo dia 26, quando a CTA anunciou que estaria fora das mobilizações, participando com uma coluna própria da marcha.

A covardia da CGT, de ambos setores, que nem pararam nem mobilizaram, deixaram os piquetes sozinhos, como sempre. Prostrando-se atrás do apoio de Duhalde.

Alguns meios de comunicação e o próprio governo trataram de mostrar Santillán como se fosse violento, como um militante que foi preparado para enfrentar a polícia e fez isto para justificar que ele recebeu o que procurava.

Isto deve ser motivo de orgulho. Jovens companheiros que militam nas organizações de bairros, que sentem toda a ferocidade da opressão, que sempre apóiam seus amigos de militância, seus vizinhos e familiares e que estão dispostos a entrar na linha de frente em momentos difíceis como este.

Devemos trabalhar para por em pé Tribunais Populares para que levemos a investigação até as últimas consequências, apontar todos os culpados, não só os que apertaram o gatilho, mas os autores ideológicos, os que deram as ordens.

Vamos impor o **Fora Duhalde, que todos se vão** por meio da

ação das massas. Mediante bloqueio e piquetes, ocupações e mobilizações e, sobretudo mediante a greve geral, método decisivo da luta de classe operária, paralisando o país até expulsá-los.

Nesse momento, teremos que soldar a aliança da classe operária com as classes médias, para o levante da Nação, rompendo todas as grilhões que nos atam ao imperialismo. Jamais alcançaremos isto pela via eleitoral.

(extraído do jornal “Masas” argentino N° 166 de 6 de Julho de 2002)

Fora Duhalde e o FMI, que todos se vão!

Com eleições eles não se vão, teremos que expulsá-los.

As eleições são um instrumento da burguesia e do imperialismo para resolver sua fabulosa crise política. É isto o que ocorre, principalmente para as eleições que irão se realizar no mês que vem. Isto será assim, mesmo que votássemos em todos os cargos: deputados, senadores, governadores e para presidente. Seria a mesma coisa se elegéssemos uma Constituinte que faria uma suposta “reforma política”.

As eleições, como podemos comprovar nestes últimos 20 anos, não são o caminho para resolver os gravíssimos problemas que estão destruindo e desagregando a Nação. Não se trata de substituir homens e deixar o poder econômico nas mesmas mãos.

É hora de terminar com a dominação imperialista no país que nos levou a este desastre, aprofundando o atraso e a miséria. E isto significa concretamente:

- Desconhecer a dívida externa e romper com o FMI e todos os organismos financeiros internacionais;
- Estatizar todo o sistema bancário, terminando com a pátria financeira;
- Expropriar as multinacionais, que controlam os meios de produção;
- Expropriar os latifundiários;
- Reestatizar todas as empresas privatizadas.

Isto não pode ser resolvido com o voto, não se resolve tampouco votando isto numa Constituinte. **As leis e as constituições são produto da estrutura econômica do país, da classe que domina. Nunca as leis decidem sobre a estrutura da economia, sempre é o contrário: é a estrutura econômica quem domina, e esta é que determina as leis e constituições.** Por isso rechaçamos as eleições e as constituintes. Nos dias 19 e 20 de Dezembro iniciou-se um levantamento que mostrou outro caminho para terminar com esse estado de coisas: **o caminho é o do levante, de uma verdadeira rebelião nacional que rompa todos os grilhões que nos atam, como o que começamos a fazer nos dias 19 e 20 de dezembro, com nossas próprias mãos, com nossos próprios métodos. Com a ação direta de milhões de trabalhadores, estudantes e das classes médias da cidade e do campo. Com bloqueios e piquetes, com ocupações e fundamentalmente preparando a greve geral, com a intervenção plena da classe operária empregada.**

Para que a ampla maioria oprimida e explorada possa concretizar esse objetivo necessita ter independência política da burguesia, dos capitalistas que afundaram a Nação sob todas as formas possíveis.

Esta classe que sempre dirigiu os destinos da Nação é anti-nacional. Mostra-se covarde e impotente frente ao amo imperialista acatando todas as suas imposições, buscando receber migalhas em troca como prêmio. A burguesia é entreguista e

está nos levando à barbárie, ao pior dos desastres.

Além disso, a burguesia é corrupta, traficante, escravista, repressora, enfim, um verdadeiro parasita social.

Os partidos políticos capitalistas, os governos, as instituições do Estado, expressam toda essa podridão. Isso não pode ser reformado como querem os reformistas. Deve ser varrido para sempre de nossa sociedade.

Não é um problema exclusivo de Duhalde, ou de De la Rúa, ou de Menem, ou dos militares. Não é simplesmente um problema de maus administradores ou de corruptos. É um regime social que não pode mais prosseguir.

A lição de 19 e 20 de dezembro é que as massas já não esperam as eleições e as constituições para resolver seus problemas. Tampouco apelou para os métodos "legais" para fazê-lo, tirou os governos com a força imponente de sua luta. E começou a por em pé seus próprios organismos a partir da base, das assembleias populares, uma verdadeira criação popular. Foram os partidos que tiveram de se acomodar a essa realidade e dar-lhe uma forma "legal", usurpando o governo e tratando de impedir que as massas seguissem adiante por seu próprio caminho, colocando todo tipo de obstáculos.

Essa profunda desilusão com as instituições, com os partidos, com as leis, foi o motor que impulsionou a confiança das massas em suas próprias forças, que encurralou os legisladores e a Corte Suprema, ocupou edifícios públicos, tirou ministros, ocupou os bancos, derrubou duas vezes os "bônus lixo" do governo etc. É criminoso alentar confiança nessas instituições. Iludir que com o voto podemos resolver nossos dramas.

Esse estado de coisas não pode ser mudado por votos, substituindo apenas alguns homens por outros, que hoje acreditamos serem mais capazes, honestos, lutadores. Precisamos é modificar o sistema desde a sua base, desde a sua raiz. Se eles quiserem, que votem entre eles, até que se acabem... Chamamos a esquerda para que não continue a contribuir com esta palhaçada eleitoral.

A defesa da propriedade privada se choca hoje abertamente com a necessidade de milhões de se alimentarem; de trabalhar; de ter educação, saúde e moradia. Esta questão divide profundamente a sociedade, entre uma minoria superpoderosa, enriquecida até não poder mais, que concentrou e centralizou os meios de produção e a grande maioria que está sendo empurrada para o abismo.

Essa grande propriedade privada de terras, bancos, fábricas, usinas, minas, barcos, petróleo, gás, telefones etc. hoje está na mão das multinacionais. Temos de acabar com esse poder, com essa propriedade. É nisso que consiste a luta nacional anti-imperialista. Luta que não pode ser resolvida por milhões de votos, nem com leis, pois ela não pode ser pacífica.

Eles utilizam toda a violência de seu Estado para nos dominar, para impedir nossa luta, não lhes importa que milhões passem fome, que nossos filhos sejam vítimas da desnutrição e de doenças que já estavam erradicadas, sendo que temos todos os recursos ao alcance da mão para solucionar esses problemas.

Quem hoje nos fala de reformas ao sistema, de melhorar a distribuição de renda para solucionar os problemas, quem nos fala de grandes transformações sem tocar na propriedade das multinacionais, está nos enganando para preservar este regime.

E como faremos para expulsá-los? E depois que os expulsarmos, como governaremos?

## **Necessitamos Estruturar a Frente Única Antiimperialista, que seja expressão da aliança da classe operária com os explorados da cidade e do campo, para lutar pelo poder, para ser capaz de libertar definitivamente a Nação da tutela do imperialismo.**

A luta para acabar com a dominação imperialista interessa à grande maioria, por isso é imprescindível selar a aliança entre as classes oprimidas e exploradas da cidade e do campo. São elas as protagonistas do levante nacional.

Mas, sobre que estratégia será possível alcançar a vitória? Somente será possível com a estratégia da classe operária, que é a única classe que pode formular um programa para transformar toda a realidade da sociedade sobre outras bases, tomando em suas mãos todas as bandeiras democráticas, nacionais e sociais. Isto é a Frente Única Antiimperialista. A classe operária, por sua vez, para poder jogar um papel dirigente, deve resolver sua crise de direção, construindo seu partido revolucionário, seu programa. Só assim poderá aparecer como o grande dirigente das massas.

Por isso assinalamos anteriormente que não há possibilidades de aliança com a burguesia nacional, que é inimiga da causa nacional, nem alianças com seus partidos, nem levantar seu programa que é a conciliação e a subordinação ao capital financeiro internacional.

Os setores arruinados da burguesia foram vítimas de sua própria política, nada temos que fazer atrás deles, só podem aprofundar o desastre que vivemos. Tampouco com os patrões das pequenas e médias empresas que superexploram os trabalhadores. Não existe aliança estratégica possível com a patronal em qualquer de suas expressões.

Em cento e cinquenta anos de organização constitucional do país, a burguesia não pôde nos tirar do atraso, nem conseguir uma verdadeira democracia burguesa (o que conhecemos não passa de um espantinho), nem poderá mais fazê-lo.

As massas devem continuar construindo a partir das bases as assembleias populares, estruturando congressos de base de todos os setores, coordenando todos estes organismos e centralizando suas lutas. Expulsando todos os traidores do seu seio.

Dessa forma constroem seus próprios organismos de poder, que servirão no futuro para substituir as instituições da burguesia que caducaram em sua pretensão de dirigir o país. Em poucos meses, podem-se dar passos gigantescos na politização e na organização e participação popular, preparando-se para a tomada do poder. Este é o caminho.

## **A Luta pelo pão, pelo trabalho verdadeiro, é parte desta luta, que não pode esperar**

Nossa luta aglutina, se contagia com a luta tenaz dos povos, especialmente na América Latina contra toda forma de opressão imperialista. As massas na Bolívia acabam de dar uma cacetada nas pretensões de obrigá-las a votar, a maioria não foi votar apesar das multas e ameaças.

É o imperialismo o que fica isolado frente às massas e suas lutas. Nosso caminho é o da unidade das massas operárias e camponesas nos **Estados Unidos Socialistas da América Latina**.  
(extraído do jornal "Masas" argentino N° 166 de 6 de Julho de 2002)

## Bolívia

# O Embaixador Ianque deve ser expulso da Bolívia, O Imperialismo deve ser expulso da América Latina

O embaixador dos Estados Unidos na Bolívia fez um chamamento público a não votar em Evo Morales, como se fosse um grande eleitor. A resposta foi que uma quantidade de votantes foi às urnas exclusivamente para rechaçar suas ordens, votando em Evo.

O resultado foi que com uma pequena quantidade de votos foi suficiente para colocá-lo em condições de ser eleito presidente nas próximas semanas. E a embaixada voltou a intervir publicamente pressionando e chantageando diretamente o Congresso, "se Evo for eleito os EUA retirará toda colaboração econômica".

Os Estados Unidos intervêm nas colônias fazendo e desfazendo a sua vontade, frente a covardia e traição dos governantes locais. No Brasil conspira abertamente contra Lula, na Argentina se condiciona Duhalde totalmente, na Venezuela se armou um golpe e diante do fracasso já prepara outro.

Mas não nos enganemos. Mesmo não sendo candidatos dos Estados Unidos não quer dizer automaticamente que representam os interesses da Nação oprimida. Lula fez aliança com um partido de direita para eleições de outubro e confirmou que manterá as linhas mestras da atual

política econômica.

Evo Morales não é o representante dos camponeses. Traiu suas lutas. Não levanta a bandeira da terra para os camponeses, não levanta a bandeira do livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca. Com sua política favoreceu a presença militar e ianque no Chapare reduzindo as plantações apenas a 10% do que eram nos últimos anos. Os camponeses só chegaram ao poder pelas mãos da classe operária por meio da insurreição e jamais pelo voto.

(Extraído do Jornal Masas – Argentino nº 166 – 06/07/02)

## O esgotamento das ilusões democráticas nas massas bolivianas

O Partido Operário Revolucionário sustenta que este fenômeno ocorreu no seio dos oprimidos e explorados, devemos pontualizar o que é isto e que lugar ocupa o eleitoralismo de alguns burocratas sindicais.

O que entendemos por ilusões democráticas?

Estamos falando das massas, particularmente da proletária formada de uma vanguarda minoritária (referência obrigatória para determinar seu grau de politização) pelas camadas médias majoritárias e por uma retaguarda, que às vezes atua como instrumento da reação. Esta realidade demonstra que sua evolução se dá numa forma contraditória, pois as frações se movem de maneira diferente. Não podemos citar que, por exemplo, a politização das classes se apresente de uma maneira total, ela é sempre contraditória, o que podemos apontar é que ela tende a se generalizar ou se ela já se apoderou da maioria. Enquanto algumas classes sociais se radicalizam outras podem permanecer in-

diferentes a este processo inclusive permanecer na direita.

Tampouco devemos ignorar significados e papéis diferentes. Na sociedade capitalista (em cujo seio estamos atuando) o proletariado constitui o eixo fundamental para transformação qualitativa ou não. As outras classes, apesar de seu número, são secundárias, mas em certo momento é fundamental que a classe operária as arraste atrás de si.

O esgotamento das ilusões democráticas consiste em que a vanguarda operária, inclusive uma parte considerável da classe, já não acreditem que sua libertação será concebida com a ajuda do voto, do ordenamento jurídico vigente ou das reformas que possam ser introduzidas na constituição.

O legalismo, o parlamentarismo levam ao repúdio da ação direta das massas, ou seja, da violência revolucionária. Isto quer dizer que não pode tomar o poder enquanto imperar as ilusões democráticas.

Quando nos encontramos nesta situação o trabalho revolucionário consiste em esgotar essas ilusões democráticas (o maior obstáculo para poder consumir a revolução) na vanguarda operária.

### A situação política atual

O momento eleitoral que vivemos se caracteriza por que a classe operária e enormes camadas das classes médias repudiam com seus atos e seus pronunciamentos a farsa eleitoral. Não somente rechaçam o eleitoralismo mas, que em pleno processo eleitoral se esmeram em usar a ação direta buscando materializar seus adjetivos. Alguns dirigentes camponeses corruptos se lançaram para ganhar no seio do governo burguês, em seu parlamento, isto quando a luta de classes se agudizou. Quando os camponeses marcham não tardam em aparecer atos de repúdio aos maus dirigentes. Por isso dizemos que estão esgotadas as ilusões democráticas.

# A Soberba Lição do Bloco Mineiro Parlamentar

Em fins de 1946 se constituiu a Frente Única Proletária (na verdade era uma frente antiimperialista) entre o POR e a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos tendo como programa as Teses de Pulacayo. Em 5 de Janeiro de 1947, foram eleitos os senadores e deputados do Bloco Mineiro Parlamentar que teve uma atuação impactante tanto para os amigos como para os inimigos depois do massacre de Siglo XX – 28 de maio de 1949 – os parlamentares do Bloco foram presos desterrados e expulsos do parlamento.

O objetivo dos revolucionários os marxistas-leninistas-trozkistas sabem que os explorados e oprimidos tomaram o poder político não pelo voto mas empunhando as armas seguindo o caminho da ação direta das massas.

Desta concepção programática podemos analisar que os revolucionários podem, em determinada circunstância política, utilizar o parlamento como tribuna revolucionária e não como cenário

para mostrar as bondades da ordem jurídica burguesa.

Os marxistas sabem que as massas enganadas pelas ilusões democráticas não podem consumir a insurreição que as leve a conquista do poder.

Converter o parlamento em tribuna revolucionária significa dizer que desde o seu interior deve-se ensinar ao povo que o legislativo é parte do governo burguês, e que em nenhum momento se pode legislar para destruir a grande propriedade burguesa dos meios de produção e substituí-la pela propriedade social, que nisto consiste a revolução social (derrubar a ditadura da burguesia e substituí-la pela proletária). Em resumo: Devemos extirpar pela raiz as ilusões democráticas da consciência operária, somente então as massas de explorados e oprimidos poderão se encaminhar para a insurreição. Não é suficiente discursar contra a burguesia, mas todos os dias devemos aproveitar o parlamento para ori-

entar e encabeçar as lutas das massas contra a ditadura burguesa. Os parlamentares marxistas devem-se converter em direção das massas.

## A Lição do Bloco Mineiro

Os parlamentares do Bloco Mineiro utilizaram seus cargos para ensinar todos os dias que o parlamento é parte da ditadura burguesa que devemos combater-lo buscando sua destruição. Os revolucionários se levantam contra a ordem jurídica imposta pela classe dominante, e portanto contra a constituição e o legislativo.

Têm que ganhar as ruas para encabeçar a mobilização das massas, têm que atuar como direção. Sempre existe o perigo da repressão que sempre vem. E o caminho para ganhar um lugar na cadeia, a universidade dos revolucionários, que deve servir para dirigir a luta revolucionária.

(Extraído do Jornal Masas boliviano nº 1809- 28/06/02)

# Até onde se projeta a perspectiva política?

## Frente à mudança rotineira do governo

É sugestiva a atitude assumida pela maioria da população frente à mudança de um governo por outro. Quase invariavelmente, o homem da rua esperava que depois de uma eleição se produzissem importantes inovações e que os novos governantes solucionariam os grandes problemas do país e de seus habitantes.

O que surpreende está no fato de que, para a maioria do país, o que ocorre agora não é mais que a repetição mecânica do que se via na véspera. Tem-se a impressão de que nada ocorreu, nem sequer eleições. Os que protagonizaram mobilizações e lutas nas ruas estão certos de que pararam para tomar um ar e preparar-se para prosseguir o combate contra os opressores e as multinacionais. Poderia-se dizer que nada aconteceu.

Já surgiram as primeiras tentativas para materializar a substituição de um presidente por outro conforme assinala o ordenamento jurídico vigente, a cada momento se informa o nascimento de equipes que se encarregaram de conse-

guir um entendimento entre os diferentes candidatos que coadjuvaram nas eleições. Mas isso também é considerado algo rotineiro e sem maior importância para o futuro do país.

Esse estado de ânimo mostra que, para a maioria, as eleições careciam de significado, ao ponto do poder executivo ameaçar com severas penas os que não fossem votar.

Essa maioria estava nas ruas combatendo para mudar a estrutura capitalista da sociedade. Esses combatentes seguem indiferentes aos acontecimentos posteriores às eleições. Tomando-se em conta o estado de ânimo das massas, diremos que não foram derrotadas e nem sequer houve empates na luta mas que se apresentou em breve respiro.

Tudo isso nos permite assegurar que as eleições não conseguiram ou motivaram a derrota dos combates. Tudo se reduz a uma levíssima depressão, diremos um respiro no combate.

Seguramente, respondendo à menor incitação, ao surgimento dos problemas sociais e econômicos, as massas passarão ao ataque e então o conto da chacota eleitoral virará fumaça sem deixar cinzas.

## Aproxima-Se uma maior

## agudização da luta de classes

Os bolivianos exigirão do poder executivo e dos parlamentares (pouco importa que alguns se declarem porta vozes dos operários ou dos camponeses) que resolvam de imediato seus problemas mais pujantes: demissões, elevação dos preços, deficiência dos serviços educativos, sanitários etc., sobretudo a devolução das terras usurpadas de volta às massas nativas, materialização do direito das nacionalidades subjugadas se organizarem politicamente em estados soberanos etc.

É certo que o governo, o parlamento ou outra forma de expressão daquele, não somente não resolverão esses problemas como nem sequer conseguirão soletrá-los, a nação oprimida pelo imperialismo e agora dirigida pela política do proletariado não tardará em varrê-los do cenário.

Explorados e Oprimidos ao mesmo tempo em que resolvem os seus problemas com suas próprias mãos, sepultarão a burguesia e seu governo e imporão a ditadura proletária.

(Extraído do Jornal Masas boliviano nº 1810- 05/07/02)